

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, NOVEMBRO/2005 - ANO IX - Nº 106

Foto arquivo Pro-Memória

EDITORIAL

Cresce a conscientização de que é imprescindível preservar os remanescentes da Mata Atlântica no país. Essa floresta tropical é uma das mais ricas do mundo em biodiversidade. Cobria grande extensão da costa leste brasileira. Hoje, restam apenas 7% de sua área original. Além da biodiversidade, essa floresta tem importância fundamental por ser produtora de água e reguladora do clima, evitando erosões e enchentes numa das mais populosas áreas do Brasil.

Nas últimas décadas, a sociedade vem sendo despertada para sua importância e se organizando em sua defesa. Transformada pela UNESCO em reserva da biosfera, a Mata Atlântica é orgulho de todos os brasileiros e alvo de curiosidade não somente da sociedade científica, mas de todo o mundo.

Cercado por montanhas, Piquete abriga em seu território significativos fragmentos dessa floresta, o que aumenta a responsabilidade de todos os piquetenses por sua proteção. É bom os piquetenses saberem que a água por eles consumida é nela produzida. No entanto, a exemplo de outros lugares, a fragilidade desse bioma e de seus diferentes ecossistemas está ameaçada. Concorrem para isso o crescimento populacional e a falta de políticas preservacionistas. Educação ambiental e mudança na relação com a natureza são fundamentais para nossa própria sobrevivência.

Conciliar crescimento do município sem destruir a floresta e sua diversidade é um desafio a ser enfrentado. Todos podem se engajar nesse esforço para sua preservação. Revegetar encostas e matas ciliares, tratar o esgoto doméstico, recuperando o ribeirão Benfica, são ações prioritárias. Parece ser muito trabalho. No entanto, é preciso que se dê o primeiro passo.

A Fundação vem, há quase 10 anos, trabalhando nesse sentido. Atualmente, desenvolve o projeto “Revegetação das áreas ribeirinhas das microbacias hidrográficas do Benfica e Tabuleta – Piquete/SP”. Entretanto, muitas outras ações são necessárias. Há um longo caminho a ser percorrido. Precisamos melhorar nossa relação com a montanha e a floresta que abraçam o município. Nosso futuro depende dessa melhora.



A localização do município, cercado pela Serra da Mantiqueira, aumenta a responsabilidade dos piquetenses pela proteção de nascentes e fragmentos florestais nela existentes.

O Ministério Público atento às questões ambientais

A questão ambiental vem despertando o interesse mundial e ocupando lugar de destaque no cotidiano das cidades.

Já há algum tempo, a comunidade científica vem apontando para o esgotamento de nossas reservas naturais e o risco de um colapso ambiental. Concorrem para isso a ação predatória do homem, com a ocupação irregular de áreas de preservação e proteção ambiental, o acelerado processo de desmatamento, as queimadas, a poluição de diferentes naturezas, o aquecimento global e o esgotamento de nossas reservas hídricas.

Para reverter esse quadro dramático, a sociedade tem procurado somar esforços e lutado pela criação de uma consciência preservacionista. Não é tarefa fácil. É preciso mudar hábitos arraigados. É necessário o engajamento de todos. Visando-se a proteger o meio ambiente inúmeras leis foram criadas nas últimas décadas. O Brasil é exemplo em legislação ambiental. Embora bastante abrangente e juridicamente avançada, ainda é pouco aplicada, em função da baixa consciência ambiental da sociedade e da ineficiência do Estado em fiscalizar, evitar e punir atividades que desrespeitem esses direitos. É preciso um esforço conjunto da sociedade na fiscalização e na exigência do cumprimento dessas leis.

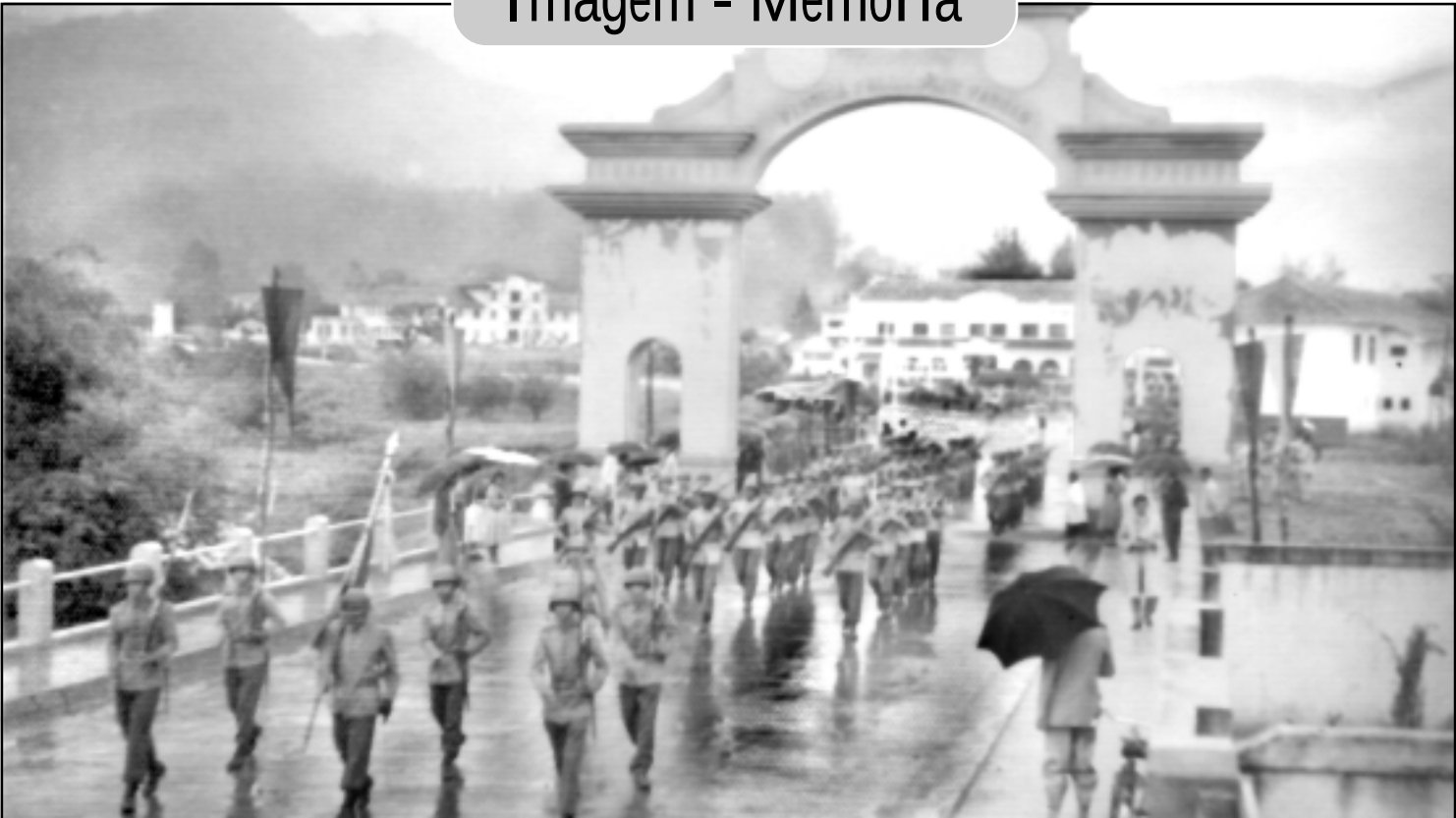
Piquete tem grande extensão do seu território dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira. Na Mantiqueira encontram-se alguns dos últimos fragmentos da mata atlântica do

estado de São Paulo. É também nesse maciço montanhoso que se localizam inúmeros mananciais de rios tributários do Paraíba do Sul.

Para fazer cumprir a legislação que protege nosso meio ambiente, o Ministério Público de Piquete promoveu, no dia 21 de junho, uma reunião com entidades que têm por obrigação a salvaguarda da natureza. Por coincidência, esse encontro aconteceu no mês em que se comemoraram os 20 anos da criação da APA da Mantiqueira (Decreto Federal nº 91.304, de junho de 1985). Participaram dessa reunião, além do Promotor de Justiça de Piquete, Dr. Gilberto Cabett Júnior, o diretor regional do DPRN, o supervisor técnico de Guaratinguetá do DPRN, o chefe da APA da Serra da Mantiqueira – IBAMA, o analista ambiental do IBAMA – Serra da Mantiqueira, o comandante regional da Polícia Florestal, o diretor técnico e o assistente técnico do SAA-CATI regional de Guaratinguetá, os secretários de Negócios Jurídicos, de Meio Ambiente e de Obras e Serviços da Prefeitura de Piquete, engenheiros agrônomos da Prefeitura de Piquete, o presidente e membros do Conselho de Desenvolvimento Rural e o presidente da Fundação Christiano Rosa, além de proprietários rurais.

Nessa reunião ficou firmado um acordo que prevê um procedimento padrão a ser observado por todos os órgãos envolvidos com a questão ambiental, de maneira que torne mais rápidas e eficazes a preservação e a recuperação de áreas degradadas.

Imagem - Memória



Em meio a uma situação política nacional conturbada e sob chuva, o Pórtico da FPV foi inaugurado com grandes pompas no dia 19 de novembro de 1955. A placa comemorativa da inauguração aponta o dia 15 de novembro, data previamente agendada para o evento.

Pórtico da FPV - 50 anos

Amanheceu chuvoso o dia 19 de novembro de 1955, data marcada para a inauguração do pórtico construído pela FPV no início da Avenida 15 de março, à entrada da Praça Duque de Caxias, em Piquete.

Apesar dos contratemplos e do clima, a população aguardava, curiosa, para admirar os trabalhos em baixo-relevo executados pelo professor César Dória naquele monumento. A ansiedade era grande, uma vez que a data prevista para a inauguração, 15 de novembro, quando se comemora a Proclamação da República, fora mudada, devido ao momento político conturbado que o país vivia. Não era hora para festas. Era preciso esperar o desenrolar dos acontecimentos no Rio de Janeiro, então capital federal, para que a inauguração em Piquete acontecesse.

O impasse político aconteceu logo após as eleições de três de outubro, quando Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República. Era seu vice João Goulart. Entretanto, setores contrários à política de Vargas, que se suicidara no ano anterior, eram abertamente contrários à posse de JK e Jango. Nada contra JK, mas sim contra Jango, ex-ministro do trabalho de Vargas, visto por muitos como “incitador de greves e articulador da república sindicalista”.

Oficiais das Forças Armadas passaram a defender uma saída golpista, como o coronel Jurandir Mamede que, no dia 1º de novembro daquele ano, na presença de autoridades, discursou a favor do impedimento da posse. Henrique Teixeira Lott, legalista, à época Ministro da Guerra

do Presidente Café Filho, pediu a punição do militar. Mas o Presidente sofreu súbita enfermidade cardiovascular no dia 3 de novembro, sendo substituído no cargo por Carlos Luz, Presidente da Câmara. Este, contrário à posse dos eleitos, recusou-se a punir o militar. Lott demitiu-se do Ministério no dia 10 e articulou-se com militares favoráveis à posse. Na madrugada do dia 11, deflagrou-se um movimento com tanques da vila militar tomando pontos nevrálgicos da capital, cercando o Catete e destituindo Carlos Luz, dando o chamado “contra-golpe” ou “golpe preventivo”. Carlos Luz embarcou para São Paulo. A Câmara e o Senado o declararam impedido, passando a presidência a Nereu Ramos, Presidente do Senado, que empossou JK e Jango em 31 de janeiro de 1956.

Amainados os tensos momentos políticos no Rio de Janeiro, o Pórtico da FPV foi inaugurado no dia 19 de novembro. Não contou com a presença de militares da Capital Federal, como era previsto. No entanto, houve maciça participação da comunidade e de autoridades civis e militares de Piquete..

Para descerrar a placa inaugural, em que constam a data de 15 de novembro e os nomes dos responsáveis pela obra, o coronel Edgard de Abreu Lima, idealizador do projeto, convidou o bispo diocesano, Dom Luiz Gonzaga Pelluzo. Em seguida, desfilaram, triunfalmente, passando por sob o arco central do pórtico, alunos do Departamento Educacional e soldados do Contingente, ovacionados pela população.

Num município carente de marcos urbanos de significativo valor artístico, o Pórtico da FPV tem grande importância para a memória cultural da comunidade. De incontestável beleza plástica, sua singularidade extrapola para a região do Vale do Paraíba. Preservado como marco arquitetônico em que a obra artística do professor César Dória fica eternizada, foi tombado pelo Decreto Municipal nº 2472, de 24 de junho de 2002. O Pórtico não é somente uma obra da história da ação militar no nosso país, mas também referência do desenvolvimento de nossa cidade, compondo com a Praça Duque de Caxias um conjunto harmonioso de grande importância para nosso patrimônio ambiental urbano.

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:
Antônio Carlos Monteiro Chaves

Jornalista Responsável:
Rosi Masiero - Mtd-20.925-86

Revisor:
Francisco Máximo Ferreira Netto

Redação:
Rua Coronel Pederneiras, 204
Tels.: (12) 3156-1192 / 3156-1207

Correspondência:
Caixa Postal nº 10 - Piquete SP

Editoração: Marcos R. Rodrigues Ramos
Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Tiragem: 1000 exemplares

A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

GENTE DA CIDADE

Elias Xavier

Um típico piquetense. Não há melhor maneira para se descrever Elias Gonçalves Xavier, o “seu” Xavier.

Filho dos também piquetenses Firmino Gonçalves Xavier e Felicidade Maria de Jesus, Elias Xavier nasceu a 15 de janeiro de 1916.

Pensativo e resignado, seu Xavier demonstra muita serenidade no olhar, sempre distante.

Questionado sobre sua infância, seu Xavier responde que foi de muito trabalho: *“desde cedo, tive de trabalhar. Morava numa roça e sempre trabalhei duro... Não tive muito tempo pra infância”*. Não se percebe, no entanto, nenhuma revolta, mas sim um sentimento de dever cumprido. Pelas suas poucas palavras, percebe-se que a época lhe exigiu muito esforço: trabalhos na roça, serviços de entrega... Dos amigos, não gosta de falar, pois *“todos já se foram...”*.

Por meio de seu boletim de funcionário, descobre-se o seu ingresso na Fábrica de Pólvoras em 12 de março de 1936, quando já contava 20 anos. Trabalhou em diversas funções naquela empresa. *“Entre no 3º Grupo, mas fiz de tudo um pouco... Trabalhei na fábrica toda...”*.

Já empregado, casou-se, em 29 de fevereiro de 1939, com Olívia Maria da Silva Xavier. A descendência é numerosa: 10 filhos, 20 netos, 29 bisnetos e 6 tataranetos. Esses números foram passados por alguns dos filhos e netos: *“Se fizermos uma recontagem, é capaz de acharmos mais algum esquecido...”*. Assim como a maior parte de seus conterrâneos, seu Xavier tem a vida intimamente ligada à Fábrica: desde o casamento residiu por pouco tempo fora das vilas operárias, a maioria dos filhos já



é aposentada por aquele estabelecimento fabril e passou boa parte dos 89 anos lá dentro. Aposentado em 1972, ainda trabalhou por mais um período. Faz parte do seu quadro de honra desde 6 de março de 1980.

Além de ligado à Fábrica, seu Xavier ainda trabalhou por longo tempo em outro símbolo de nossa cidade: o ramal férreo Lorena - Piquete. *“Entre como foguista e logo depois passei a maquinista”*. Quando lhe pergunto sobre a época, argumenta que *“Era muito bom o trabalho... Transporte tantas pessoas... o ‘piqueteiro’ trazia e levava tanta gente”*. Percebe-se o interesse maior por esse período... Lembra-se, saudoso, do “Sebastião Maquinista”, companheiro de trabalho.

Não é fácil encontrarmos pessoas com o estado de espírito como o de seu Xavier. Apesar das limitações causadas pela saúde, o bom humor não se perdeu. Fã de futebol, é corinthiano de coração e não perde um jogo, acompanhado pela família. Seu caráter pode ser observado nos diversos elogios anotados em seu boletim de funcionário da fábrica; a persistência fica clara quando conta que aprendeu a ler e escrever por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL.

Assim é seu Xavier, um piquetense “da gema”. Nasceu, criou-se e aqui fincou suas profundas raízes. Interessante observar-lhe a fisionomia cansada, mas feliz. Emocionante constatar que a vida, mesmo dura, pode ser encarada com paixão, resultando em frutos saudáveis.

Companheiros de trabalho de seu Xavier no Ramal Férreo Lorena-Piquete.



Fotos arquivo Pro-Memória

Decreto 2472/02

“Dispõe sobre o tombamento do Pórtico da FPV, conforme Lei Ordinária Municipal Nº 1396 de 13 de dezembro de 1991.

Luiz Carlos Beraldo Leite, Prefeito Municipal de Piquete, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando os estudos realizados pela Comissão Técnica do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Piquete – COMDEPHAAPPI; considerando que o referido Conselho, em reunião de 29 de maio de 2002, decidiu, por unanimidade, pelo tombamento do imóvel; considerando que é de interesse público conservar e proteger o imóvel contra a ação destruidora decorrente de atividade humana e do repassar do tempo, em virtude de sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis e sua relação com a vida e a paisagem do município; considerando os documentos arrolados no processo COMDEPHAAPPI nº 003/2002 e considerando os termos da Lei Ordinária Municipal nº 1396 de 13 de dezembro de 1991;

DECRETA:

Art. 1º - Fica tombado o imóvel denominado Pórtico da FPV, localizado no início da Av. 15 de março, com área envoltória delimitada em 15 metros, partindo dos limites da edificação principal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piquete,
24 de junho de 2002

Luiz Carlos Beraldo Leite
Prefeito Municipal

Registrado no Livro próprio do Departamento de Administração e publicado no Paço Municipal aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dois.

Paulo Noia de Miranda
Diretor Geral de Administração



Um registro exemplar

O valor do local

Educar, pesquisar, ensinar a pensar, refletir e participar são verbos ativos suscitados pela leitura de “Taubaté - Cidade Educação, Cultura e Ciência”, produzido sob a organização do Professor José Benedito Prado, com a colaboração dos professores Fred Humbert Reis Savino e Lia Carolina Prado Alves Mariotto.

“Obra de resgate do passado e valorização do presente” segundo o Eng. Alexandre de Paula Danelli e “do fortalecimento da identidade do nosso povo, para o exercício da cidadania”, segundo o Eng. Roberto Pereira Peixoto, respectivamente vice-prefeito e prefeito da cidade de Taubaté. Esses são trechos destacados na apresentação, para anunciar que o livro é lançado pela administração municipal e dedicado a uma educadora e historiadora local, Maria Morgado de Abreu. O manual tem como principal foco as questões ligadas ao município de Taubaté e nelas centralizado na sequência do tempo.

Nesta nossa época conflituosa nos assuntos políticos, ter uma obra educativa patrocinada pela administração pública pode parecer a alguns propaganda disfarçada em texto didático. Entretanto, se de um lado podemos discutir os interesses na lógica das ações, de outro, precisamos reconhecer os bons resultados das pesquisas elaboradas pelos colaboradores.

A garimpagem das referências textuais e iconográficas é bem apresentada e impressa. A fluidez dos textos, intermediada pelas imagens, tem o nível infor-

mativo desejável para atender aos aspectos didáticos.

Cumprir dizer que referências ao município nos moldes da história local, mais as de âmbito nacional, e ainda as de acervo cultural, material e imaterial, são bastante sugestivas.

A obra insere-se, por seu conteúdo, no que a educação moderna requer como elemento de estudo integrado, permitindo intermediações com o universo disciplinar do ensino fundamental e médio. Entretanto, também flui bem entre os adultos, que nela encontram bem dispostos os temas da abrangência da cidade, em suas funções e em seus significados. Poucas publicações educacionais têm tão bem selecionadas as referências artísticas na reprodução de obras e nas biografias sucintas dos autores.

O leque de referências ao município de Taubaté parece bem estendido. Como é também um convite ao cidadão para conhecer o seu município, ter seus olhos voltados para ele. Identificar suas luzes e suas sombras, aprofundar em pesquisas mais amplas os seus significados e motivos.

É, portanto, um movimento de fé em prol da conquista maior neste nosso novo século: o direito à cidadania plena conquistada pelo reconhecimento participativo.

Mas, além de tudo, um convite ao turismo, à visita. E se a administração municipal está interessada, que seja um exemplo aos valeparaibanos.

Dóli de Castro Ferreira

A tecnologia a serviço da preservação

A Mata Atlântica é um complexo e exuberante conjunto de ecossistemas de grande importância, já que abriga parcela significativa da diversidade biológica do Brasil. É também um dos biomas mais ameaçados do mundo devido às constantes agressões ou ameaças de destruição dos habitats, nas suas variadas tipologias e ecossistemas associados. Hoje, seus remanescentes florestais estão reduzidos a apenas 1% do original.

A devastação da Mata Atlântica vem desde o descobrimento do Brasil, resultado dos impactos de diferentes ciclos de exploração, da concentração das cidades e núcleos industriais, e da alta densidade demográfica, entre muitos outros fatores que fizeram com que a vegetação natural fosse reduzida drasticamente.

Ainda hoje, entre outras funções, a Mata Atlântica traz inúmeros benefícios, diretos ou indiretos, para a qualidade de vida da população que nela vive: protege e regula

o fluxo dos mananciais hídricos que abastecem os municípios, controla o clima e abriga uma enorme biodiversidade, além de abrigar inestimável patrimônio histórico.

A APA da Mantiqueira, criada em junho de 1985, tem como principal objetivo a preservação dos remanescentes dessa floresta. A Fundação Christiano Rosa vem, há muitos anos, trabalhando junto à comunidade piquetense para a preservação dos remanescentes florestais existentes no município. Por meio de parcerias junto a governos e entidades de cunho científico vem executando projetos de educação ambiental, ecoturismo e revegetação. Atualmente, conta com profissionais reconhecidos que possibilitam a utilização de tecnologia de ponta nas áreas de informação, sensoriamento remoto e geoprocessamento, o que lhe possibilitará montar um banco de dados que permitirá identificar e conhecer a real situação ambiental de Piquete.

É tempo de içás

Antônio Carlos M. Chaves

Encontra-se aberta a temporada de caça às içás. Essa pitoresca tradição observada por todo o Vale do Paraíba é um hábito dos indígenas herdado pelos colonizadores e que chegou até nossos dias, fazendo parte do cardápio de muitos valeparaibanos. Nas tardes quentes de primavera, quando o sol se abre após uma chuvarada passageira, é comum a presença pelos campos, e mesmo pelas ruas das pequenas cidades, de crianças e também adultos, com panos, camisetas ou ramos de arbustos, disputando com os pássaros essa iguaria. A içá, também conhecida como “tanajura”, é a fêmea das saúvas que, no início da primavera, emerge dos grandes “olhos” dos formigueiros, às centenas, alçando vôo para se acasalar. Atrás dela vai o “sabitú”, uma formiga macho um pouco menor, que, após o acasalamento aéreo, cai extenuado, morrendo logo em seguida. A içá, ao contrário, no chão, fecundada, arranca as quatro asinhas e procura um lugar macio onde começa a cavar o seu ninho. Cava uma galeria e, pouco depois, no fundo da terra, começa a pôr ovos dando origem a um novo formigueiro. E continua botando ovos por anos e anos... A cada outubro acontece mais uma revoada de içás e sabitus. Pássaros e crianças fazem a festa. Em vôos rasantes, os pássaros enchem o papo, enquanto as crianças correm e abatem as içás que, catadas no chão, vão se somando dentro de um saquinho de papel, plástico ou mesmo de uma lata, que logo ficam cheios... Depois, é levá-las pra casa, arrancar os ferrões, as asas e as pernas, lavá-las com água e sal e colocá-las na frigideira, com gordura bem quente, para torrâ-las. Acrescente-se um pouco de sal e farinha de mandioca e estará pronta uma saborosa farofa. O gosto pela guloseima faz com que muitas pessoas comprem das crianças sacos ou “litros de içás”. Para muitos, esse negócio reveste-se de um rentável negócio sazonal.

Muitos garotos catam as içás na “boca” ou “olho” do formigueiro. Para evitar as ferroadas das milhares de saúvas que dele saem, levam um balde ou bacia cheios d’água. Dentro deles, ficam à espera das tanajuras. Estas ficam tão alvoroçadas, que num pequeno raio em torno do formigueiro forma-se um tapete negro de formigas.

Comer içás, além de saboroso, ajuda a evitar a destruição de hortas, jardins e pomares. Cada içá que você devora evita o nascimento de milhares de vorazes saúvas.



Paulo Noia assina contrato, observado por Edilson Paula Santos (à esquerda), secretário do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)

FCR e FEHIDRO

A Fundação Christiano Rosa (FCR), representada por seu Presidente, Paulo Noia de Miranda, assinou, no dia 07 de novembro, em São Paulo, o contrato de um projeto financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). O projeto “Comitê das Águas: Suporte operacional para encontros técnicos e capacitação para elaboração de projetos” vem ao encontro da filosofia da FCR, pois une a experiência adquirida na elaboração de projetos com os objetivos dos Comitês das Águas municipais criados para promover diagnósticos e ações de recuperação e manutenção dos recursos hídricos do Vale do Paraíba.

Orçado em R\$ 90mil, o projeto terá R\$ 72,8mil bancados pelo FEHIDRO e o restante arcado, em contrapartida, pela FCR.

A assinatura do contrato aconteceu no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, e contou com a presença do governador Geraldo Alckmin e de inúmeras autoridades de todo o estado.

Na mesma ocasião, a Prefeitura Municipal de Piquete também assinou contrato para tocar um projeto de fossas sépticas na zona rural do município.

O Poder do Cidadão

Em 3 de novembro de 2005, Herbert de Souza, o Betinho, completaria 70 anos. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE -www.ibase.org.br), fundado por ele, vem promovendo encontros para debater suas idéias e reuniu, numa seção denominada “Conversas com Betinho”, textos desse sociólogo que revolucionou a forma de se lutar pela conquista da cidadania. “O ESTA-FETA” reproduz um des-ses textos:

“Não é por acaso que a palavra cidadania está sendo cada vez mais falada e praticada na sociedade brasileira. Uma boa onda democrática que vem rolando mundo a fora chegou ao Brasil há algum tempo e tem nos ajudado a descobrir como dar conta do que acontece na vida pública. Cidadania é a consciência de direitos democráticos, é a prática de quem está ajudando a construir os valores e as práticas democráticas. No Brasil, cidadania é, fundamentalmente, a luta contra a exclusão social e a miséria, a mobilização concreta pela mudança do cotidiano e das estruturas que beneficiam uns e ignoram milhões de outros. É querer mudar a realidade a partir da ação com os outros, da elaboração de propostas, da crítica, da solidariedade e da indignação com o que ocorre entre nós.

Um cidadão não pode dormir com um sol deste: milhares de crianças trabalhando em condições de escravidão, trabalhadores sobrevivendo com suas famílias num quadro de miséria e de fome, a exploração da mulher, a discriminação do negro, uma

elite rica esbanjando indiferença num mundo de festas e desperdícios escandalosos, de banqueiros metendo a mão no dinheiro do depositante, da polícia batendo em preto e pobre.

A fome é a realidade, o efeito e o sintoma da ausência de cidadania. O ponto de partida e de chegada das ações cidadãs. A negação radical da miséria é um

postulado de mudança radical de

todas as relações e processos que geram a miséria. É passar a limpo a história, a sociedade, o Estado e a economia. Não estamos falando de coisas abstratas, de boas intenções ou desejos humanitários de alguns.

Cidadania é, portanto, a condição da democracia. O poder democrático é aquele que tem gestão, controle, mas não tem domínio nem subordinação, não tem superioridade nem inferioridade.

Uma sociedade democrática é uma relação entre cidadãos e cidadãs. É aquela que se constrói da sociedade para o Estado, de baixo para cima, que estimula e se fundamenta na autonomia, independência, diversidade de pontos de vista e, sobretudo, na ética – conjunto de valores ligados à defesa da vida e ao modo como as pessoas se relacionam, respeitando as diferenças, mas defendendo a igualdade de acesso aos bens coletivos.

O cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Um cidadão com sentido ético forte e consciência de cidadania não abre mão desse poder de participação.”



IEV premia piquetenses

O Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV) promoveu, no dia 25 de novembro, na Casa da Cultura, em Lorena, um evento em que homenageou entidades e escritores por seus trabalhos. Entre os homenageados, dois piquetenses: **Chico Máximo**, pela obra “Crônicas de Cidadezinha”, organizado pela Fundação Christiano Rosa, e **Wanderley Sardinha**, pela obra “Diário de um Soldado Constitucionalista”.

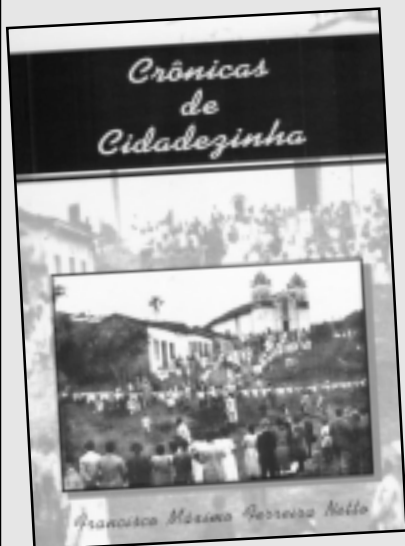
Foram distribuídas ainda a Medalha de Mérito Paulo Pereira dos Reis, para a Irmã Olga de Sá, em virtude do extraordinário desempenho na área da Educação, e a de Distinção Cultural Paulo Camilher Florenzano, ao Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, de Cruzeiro, pelo trabalho em prol da

memória regional.

Os escritores receberam o Prêmio Cultural Eugênia Sereno, pela publicação de obras sobre temas valeparaibanos.

Além de Chico Máximo e Wanderley Sardinha, também foram premiados:

Cândida Vilares e Vera Vilhena por “Trapeiros – Viajantes e aventureiros”; Eduardo César Werneck Silva por “Cruzeiro no tempo da Maria Fumaça”; Henrique Alckmin Prudente por “As culturas subalternas e o turismo emancipado em Cunha”; José Benedito Prado pela organização de “Taubaté – Cidade – Educação – Cultura e Ciência”; Maria Luiza de Paula Santos por “Ernesto Quissak em prosa e verso” e Maria Luiza Reis Pereira Batista por “Chuva Doce”.



Crônicas Pitorescas

A possessiva

José Palmyro Masiero

Dona Florinda tinha pouco mais de metro e meio de altura. Todavia, o que lhe faltou pra riba entusiasmou-se pras bandas: cento e oito quilos de substância humana. Sem dúvida, a anti-propaganda dos nutricionistas, esteticistas e criadores de métodos de emagrecer, pois de todos tirou a credibilidade. Inclusive, de velhas simpatias e pontos de pais-de-santo...

Na mesma proporção do espaço ocupado por ela como sólida, tomava o de comando na chefia da casa. Fora casada com o Genaro durante mais de trinta anos, e, do "sim" dito na igreja à última lágrima caída sobre o caixão do extinto, jamais deixou de ser a suprema decisora na vida familiar. O galo do terreiro. No bom sentido...

O já falecido Genaro, com seu metro e setenta da sola ao cocoruto, fora inveterado devedor pra balança... Verdadeiro pau-de- virar-tripa! Tão magro que, se estivesse na rua e desse um pé de vento, tinha que se segurar na mulher ou viraria super-herói voador...

Era tão descarnado quanto manso... Calma aí, parceiros... Nada de pensamentos rasteiros... Manso de docilidade, de sossegado, de tranqüilo... O que dona Florinda decidisse, decidido estava. Ela não só tomava as decisões, como as executava. Logo, preferível ser domado.

Genaro fora dono de uma casa de negócios e praticamente sua vida inteira foi passada ali dentro. Com sua voz calma e ações idem, atendia a freguesia. A comerciante, na realidade, era a esposa; era ela quem processava as compras e os pagamentos, tratava com os contadores e daí pra fora... Para poder agir livremente, acabou tendo a loja e a conta bancária passadas para o seu nome. E, dessa primeira medida, o resto veio vindo naturalmente: o telefone, a casa de praia, o sítio, os títulos de sócio de diversos clubes e o comando do lar. Genaro acomodado na compassiva condição de complemento daquela vida. Aceitava por índole.

Reclamava sempre de dor de estômago, de barriga... que tudo que comia lhe fazia mal – problemas emgabelados por paliativos. Tempo correndo e o funcionamento rateado dos interiores piorando. Um médico, exames, receitas e, coitado do Genaro, mais abstinência que anjinho de igreja, foi ter justo no fígado aquela doença que tem gente que não ousa nem falar o nome e outros se persignam ao ouvi-lo... Um bandido dum maligno estava corroendo suas minguidas entranhas. Da descoberta ao suspiro final não se passaram três meses. Foi bem encomendado. Cheio de gente no seu último desfile. O caixão pesava mais que o que continha. Lá ficou com terra em cima e um número fincado na cabeceira. Mais tarde, a dedicada Florinda construiria um túmulo.

A esposa enlutou por um mês; depois, a vida tem que ser tocada... O movimento na casa de negócios melhorava a cada dia e o tempo de visitas à tumba do marido rareava... Chegou a um espaço de dois anos sem dar uma choradinha por lá.

Lembrou-se do dia do aniversário que faria Genaro se cá estivesse e resolveu orar um pouco sobre o lugar onde estancara de vez. Mas não conseguia localizar o túmulo do marido. Como progredira o cemitério! Procura, procura... e nada! Resolveu chegar ao responsável pelo loteamento dos imóveis para saber exatamente o número e quadra onde se encontrava o seu ex-marido. O burocrata dos defuntos procurou nos livros e nada de Genaro Buonaventuréli:

– Não há ninguém registrado com esse nome, minha senhora.

– Tem que haver! Ele foi enterrado aqui há uns três anos...

O homem fez outra leitura mais atenciosa:

– O único Buonaventuréli que existe aqui está com o nome de Florinda...

– É esse mesmo! – exalou-se. E justificou-se: – É que está tudo no meu nome...

Hans Christian Andersen



Na Dinamarca, norte da Europa, há duzentos anos, nascia Hans Christian Andersen. Seu pai era sapateiro e sua família muito pobre. Quando aprendeu a ler e a escrever, seu passatempo preferido era ler e ouvir histórias.

Adulto, Hans começou a escrever novelas. Nessa época não existiam livros dedicados às crianças. Hans Christian Andersen resolveu colocar nos livros as histórias que as pessoas contavam e também começou a inventar outras histórias escrevendo-as para crianças. Por isso é considerado o pai da Literatura Infantil.

Você, com certeza, já ouviu histórias como: *O Patinho Feio*, *O Soldadinho de Chumbo*, *A Roupas Nova do Imperador* e *A Pequena Vendedora de Fósforos*. Saiba que estas são apenas algumas das muitas que Hans escreveu. Suas histórias ficaram famosas em todo o mundo.

Trio dinâmico

Edival da Silva Castro

Justino Luiz, volta e meia vai à cidade de Parati, litoral norte do Rio de Janeiro. Adquiriu um terreno naquelas plagas e desde então passou a freqüentá-las com assiduidade. Conquistou a amizade dos caçaras com sua complacência e simpatia. Porém, toda vez que desce a serra, um garrafão da danada vai junto.

À beira-mar, no bairro do Corumbê, ele aluga uma casa onde seus amigos se reúnem. O papo vai até altas horas da noite. Entre um gole e outro, peixinhos fritos e camarão à paulistinha, os causos são contados com gracejos pelo sargento Edinho, do Corpo de Bombeiros e pelo pescador Bequinho.

Certa tardinha, o vento brando vindo do mar amenizava o mormaço e as ondas barulhentas quebravam-se na areia alvacentas. O pessoal estava lá, na casa do Justino Luiz, tomando mé.

O pescador tinha passado pela vendinha e comprado açúcar, arroz, feijão, macarrão, óleo e material de limpeza. O bombeiro useiramente lhe dava algo e este dia lhe trouxe calça, camisa, botas e sapatos. Bequinho pegou tudo e colocou dentro da caixa, junto com os alimentos. Causos vêm, risos vão. Bequinho precisou ir. Colocou a caixa no ombro, despediu-se do pessoal e subiu o morro que dá acesso à estrada. Quando estava lá em cima, o Justino Luiz, brincalhão, gritou pra ele:

– Bequinho, Bequinho, chega aqui! Eu peguei um pacote de camarão da caixa.

Bequinho não titubeou, largou a caixa na beira da estrada e desceu o morro em disparada. Meio sem fôlego, pegou o macarrão e aproveitou pra dar mais uma bebericada na canjebrina – a famosa saideira.

Esqueceu-se da vida. Ao chegar à estrada, cadê a caixa com os alimentos e as roupas? O caminhão do lixo tinha passado e levado tudo.

Bequinho gritou pro Justino Luiz: Justino, Justino! O caminhão do lixo levou a caixa! Justino Luiz, acompanhado do bombeiro, pegou o Bequinho e numa Parati-86 partiram rumo ao lixão. Chegaram no instante em que o motorista se preparava para soltar a carga. Começaram a falar com o motorista e este não entendia nada... três falando ao mesmo tempo é dose.

– Bequinho, fala você! disse o motorista.

– Sabe, eu larguei uma caixa com alimentos e roupas na beira da estrada, aí o caminhão passou e ela foi jogada na caçamba, segundo uma testemunha!

– Ah, Bequinho, agora não tem mais jeito!

O motorista acionou uma alavanca e, na traseira, do lado direito da caçamba, o lixo, completamente fragmentado, começou a ser vasculhado.

Entre o açúcar refinado, o arroz, o macarrão, misturados aos detritos, estavam também as botas e os sapatos, totalmente esmagados, calça e camisa dilaceradas.

Bequinho olhou pro Justino Luiz, olhou para o bombeiro e lágrimas escorreram pelo seu rosto, indo juntar-se à fedidez do lixo. Cabisbaixo e com voz roufenha, Bequinho falou: – É... a saideira saiu cara!!!

O labor

Há 60 anos circulava o primeiro número do periódico O Labor, órgão oficial da Fábrica Presidente Vargas, como um semanário de distribuição gratuita. Datado de 15 de novembro de 1945, remetia-se a um evento histórico. O simbolismo contido nessa data é, por excelência, reconhecido.

A Fábrica foi criada segundo o espírito republicano revelado pelo Exército Brasileiro, como expoente máximo desse movimento. Entre os jacobinos da República estavam os militares à busca da ordem, do progresso, da ciência e da modernidade. A indústria era um de seus paradigmas. Não nos esqueçamos de que o uso da referência jacobino remete-se à radicalidade dos indivíduos a uma idéia e atitude.

Na primeira edição de O Labor foram apresentados o diretor Raymundo Galvão, o secretário Francisco F. Leite (que gostava de usar o codinome Luys de Castelar), e o gerente Otacílio S. Wemeck. E como não podia deixar de ser para uma organização hierárquica militar, o periódico contava com o apoio do então Cel. Waldemar Brito de Aquino.

Na comemoração desses 60 anos do início da trajetória do celebrado O Labor, é interessante lembrarmos o editorial que lhe dava nascimento e sentido: a publicação das ordens e aspirações da comunidade militar e operária que, em Piquete, representou a germinação de uma nova idéia vinculada ao progresso na representação da nacionalidade.

Portanto, não é sem motivos que o editorial evoca a “memorável madrugada do 15 de novembro de 1889”, quando foi movida “a ação patriótica” de “republicanos ilustres” da linha de Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Quintino Bocayuva, Floriano Peixoto, Rui Barbosa, Sólton Ribeiro, Aristides Lobo e “toda a legião dos calorosos propagandistas”, propugnando pelo “advento da nova instituição”. Portanto, segundo O Labor, em homenagem aos construtores da República, “em cujo regime o país vem desenvolvendo suas reais possibilidades no quadro político,

social e econômico do mundo”.

Mais ainda: no linguajar da época – 1945 – com a Segunda Guerra Mundial terminada na Europa, no mês de maio do mesmo ano (8 de maio), e no universo vocabular do governo nacionalista de Getúlio Vargas (finais do Estado Novo), são invocados “a tradição, o civismo, a bravura dos soldados, o gênio dos artistas e o braço dos operários”. Todos reunidos “para conduzir coesos, (palavra-chave no discurso estadonovista), este legado



precioso através do tempo e do espaço em defesa de sua integridade, na salvaguarda dos direitos de Liberdade e Justiça, no trabalho propulsor de seu progresso para a edificação do arcabouço indestrutível da nacionalidade”.

Enfaticamente, palavras reveladoras dos elementos principais e dos propósitos do governo Vargas na vigência do Estado-Novo.

A trajetória do Labor seguiu os ditames conjugados na época e seu estudo é importante revelação dos significados implícitos e explicitados pelos valores

castrenses e laborais. Isto posto, estamos nos referindo à ordem militar e às formas desenvolvidas pelo trabalho baseado no treinamento da mão-de-obra sob a orientação da engenharia militar envolvida por seus membros em contínua pesquisa em gabinetes de estudos. Essas referências sobejamente aparecem ao lado das publicações literárias e sociais. O atento redator respondia às cartas e ao encaminhamento dos artigos. O “Leitinho”, (às vezes Luys de Castelar em poesias), era rigoroso, bom cultivador do idioma, elegante e contido nos conselhos aos produtores de textos. Aqui não é espaço para aprofundarmos a riqueza do material que circulou pelas páginas de “O Labor”, cujas edições passaram a ser quinzenais e perpetuaram uma memória operária especial. As publicações se estenderam praticamente até 1970 e foram um reflexo das variações político-sociais dos períodos de nossa história entre 1945 e 1970, quando uma nova era se anunciava, não só nas técnicas comunicativas.

De um periódico se diz que é efêmero e de um livro se diz que é perene. Entretanto, o jornal, como termômetro, registrando no dia-a-dia as oscilações, os ideários,, as conotações expostas ou subjacentes, é um organismo vivo. O livro amortece a conjugação das idéias sistematizadas nos acordos lingüísticos – para isso os revisores estão atentos e mantêm uma estrutura lógica na expressão do pensamento.

Os periódicos, em sua verve combativa, são lanças e alvos e são provocadores, e neles, em calor ou sob extintores de incêndios, a palavra ganha força, inclusive por seus erros e inapropriações.

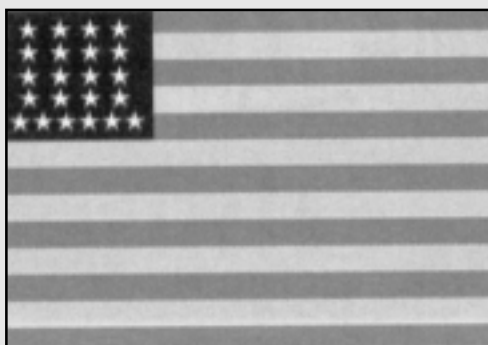
Retomados através do tempo, os periódicos, ao espelharem o momento, revelam as imagens nos diferentes ângulos e permitem a transposição da lente: as imagens transversas perdem a opacidade para vibrarem nas retinas.

Dóli de Castro Ferreira

A primeira Bandeira do Brasil republicano

Com a Proclamação da República, tornou-se necessário mudar o principal símbolo da pátria. No próprio dia 15 de novembro de 1889, foi hasteada na redação do jornal A Cidade do Rio e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro o que seria a primeira bandeira da República.

O pendão durou apenas quatro dias, em grande parte por causa de sua semelhança com a bandeira dos Estados Unidos. Ela tinha sete listras verdes e seis amarelas, com o canto superior tendo um quadrado de cor preta e 20 estrelas de prata – uma para cada Estado da época.



Hasteada no dia 15 de novembro de 1889, a primeira bandeira da república durou apenas quatro dias.

Já no dia 19 de novembro, a atual bandeira foi projetada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos e desenhada por Décio Vilares, perdurando até os dias de hoje. O modelo é muito parecido com a bandeira da época do Império, com a substituição do símbolo da família real por um círculo azul com uma faixa branca e estrelas representando os estados da federação. Nem mesmo quanto ao símbolo nacional a Proclamação da República proporcionou mudanças muito significativas.

Ganhou o “NÃO”

Ganhou o “NÃO”. Mas foi significativa a vitória do “SIM” em Diadema, embora por pequena margem de votos. Nós que trabalhamos pelo “SIM” não devemos nos sentir derrotados. Primeiro porque os que votaram pelo “NÃO” são unânimes em aceitar que o comércio de armas deve ser rigorosamente controlado e, portanto, não acreditam que possuir uma arma seja garantia de segurança. Segundo, porque o trabalho pela paz continua como missão permanente, nunca definitivamente cumprida, e, nessa missão, com certeza, poderão se engajar muitos dos que disseram “NÃO”.

A mobilização em torno da questão deixou claro que é preciso aperfeiçoar a segurança pública, como o fez o município

de Diadema, – e esta é tarefa precípua do Estado – e que é ainda necessário um trabalho de base que coloque a construção da Paz como a grande luz que ilumine as questões referentes à convivência social.

O argumento – largamente usado pela

“(…) os que votaram pelo “NÃO” são unânimes em aceitar que o comércio de armas deve ser rigorosamente controlado e, portanto, não acreditam que possuir uma arma seja garantia de segurança.”

propaganda do “NÃO” – de que poder adquirir uma arma é direito do cidadão é um argumento perigoso, pois sua lógica poderia se traduzir na obrigação do Estado de financiar para todos os pobres, sem

recursos suficientes, sua aquisição. O “slogan” poderia ser este: “ponhamos fim aos assaltos: para cada família uma arma”. Foi o argumento da dissuasão que presidiu a corrida armamentista. Ter armas força o inimigo a não atacar. As grandes potências têm estocadas poderosas armas capazes de destruir a vida em nosso planeta. “Se queres a paz, prepara-te para a guerra” era o lema do Império Romano. Para nós, cristãos, o caminho é outro: “se queres a paz, depõe as armas e desarme o próprio coração”: “felizes os pacíficos porque serão chamados filhos de Deus” (Mt 5,9).

Dom Eduardo Bennes de Sales Rodrigues
Arcebispo de Sorocaba

Educação Ambiental na FCR

Curso de Educação Ambiental

Dando continuidade ao projeto “Revegetação de áreas ribeirinhas das microbacias hidrográficas dos ribeirões Benfica e Tabuleta – Piquete/SP”, a Fundação Christiano Rosa está promovendo um curso de Educação Ambiental, direcionado especialmente para a comunidade daqueles bairros.

Baseado no princípio de que a compreensão dos danos causados ao ambiente e a conscientização sobre as conseqüências das nossas ações para as gerações presentes e futuras são fatores que nos levam a refletir e buscar mudanças de atitude, o curso ministrado pela professora Diana Valeriano Ribeiro, bióloga, visa a fornecer informações básicas sobre legislação ambiental, ressaltando as conseqüências decorrentes dos delitos contra a natureza. A preocupação com a conservação ambiental e a crescente degradação da natureza por ações do homem levaram diversos setores da sociedade a pressionar as autoridades competentes a criar mecanismos legais para proteger o

ambiente. Leis federais, estaduais e municipais promulgadas nos últimos anos refletem essa preocupação. A legislação ambiental não é levada ao conhecimento da população em geral. Muitos produtores rurais tornam-se infratores por desconhecimento da lei. O curso busca esclarecer aspectos da legislação que afetam

Plantio de mudas na Tabuleta

Cumprindo seu cronograma, o projeto estará promovendo o plantio de mais de 2500 mudas num terreno de um hectare disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Piquete, próximo à Estação de Tratamento de Águas do município. Os trabalhos de preparação do terreno, coveamento e adubação já começaram e foi programado para o final do mês de novembro o término do plantio das mudas. Essa área, revegetada de acordo com normas técnicas, deverá servir como modelo para futuros projetos de reflorestamento em nossa cidade e região.

Viveiro de Mudas

O viveiro de mudas, instalado nas dependências do Espaço Cultural “Célia Ap. Rosa”, é o local onde estão armazenadas as mudas que irão servir para a revegetação modelo prevista no projeto. Moderno e bem montado, o viveiro vem servindo para aplicação da teoria do curso de viveiristas também disponibilizado nesse projeto.



Alunos durante o curso



Parte da área a ser revegetada



Alunos durante o curso